



MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO  
PARA TODOS

# **ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, LEI Nº 18/2018, DE 28 DE DEZEMBRO**



Financiado pela  
União Europeia



**ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA  
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DO SISTEMA  
NACIONAL DE EDUCAÇÃO, LEI Nº 18/2018,  
DE 28 DE DEZEMBRO**

## FICHA TÉCNICA

Título: ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, LEI NO 18/2018, DE 28 DEZEMBRO

Propriedade: Movimento de Educação Para Todos

Consultor: Universidade Eduardo Mondlane

### MEMBROS DA EQUIPA DE PESQUISA

#### **António Cipriano Parafino Gonçalves**

Professor Associado  
Doutor em Educação

#### **Manuel Valente Mangué**

Professor Associado  
Doutor em Ciência da Informação

#### **Nilza Tarcísio César**

Assistente Universitária  
Mestra em Educação

#### **Adérito Nandja**

Assistente Universitário  
Mestre em Desenvolvimento Curricular e Instrucional

#### **Francisco Livele**

Técnico Superior de N1  
Licenciado em Ciência da Informação

#### **Delfina Lázaro Mateus**

Assistente Universitário  
Mestre em Bibliotecas e Serviços de Informação Digital

#### **Jofina Mubate**

Assistente Universitária. Docente do Departamento de Organização e Gestão da Educação

#### **Clódio Eliza Guambe**

Assistente Universitário. Docente do Departamento de Organização e Gestão da Educação

#### **Siena de Nascimento Mabota**

Licenciada em Biblioteconomia

#### **Leila Mutuque**

Licenciada em Biblioteconomia  
Desenho Gráfico: **Astro Capital, Lda**

Desenho gráfico

#### **Astro Capital, Lda**

Impressão e Acabamento

#### **Astro Capital, Lda**

Maputo

Outubro de 2023

# ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	iv
LISTA DE TABELAS .....	v
LISTA DE GRÁFICOS .....	v
LISTA DE FIGURAS .....	v
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	vi
RESULTADOS .....	vii
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES .....	viii
1. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	1
2. OBJECTIVOS DO ESTUDO .....	3
2.1. Objectivo Geral .....	3
2.2. Objectivos Específicos .....	3
3. METODOLOGIA .....	4
3.1. Universo e Participantes .....	4
3.1.1. Universo .....	4
3.1.2. Participantes .....	5
3.2. Análise e Interpretação de Dados .....	7
3.3. Constrangimentos .....	7
4. RESULTADOS .....	8
4.1. Caracterização Geral das Escolas .....	8
4.2. Processo de Requalificação das Escolas .....	11
4.2.1. Infra-estruturas nas Escolas Requalificadas .....	12
4.2.2. Mobiliário e Equipamentos .....	14
4.3.1. Formação dos Professores: entre as habilidades e inclinação para leccionar .....	17
4.3.2. A Capacitação dos Professores? .....	18
4.3.3. Acesso ao Livro e ao Manual .....	19
4.4. O Investimento na Requalificação da Escolas .....	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23
6. RECOMENDAÇÕES .....	24
7. REFERÊNCIAS .....	26

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ADE</b>	Apoio Directo às Escolas
<b>DDE</b>	Direcção Distrital de Educação
<b>EB</b>	Escola Básica
<b>EP</b>	Escola Primária
<b>EPC</b>	Ensino Primário Completo
<b>ESG</b>	Ensino Secundário Geral
<b>FACED</b>	Faculdade de Educação da UEM
<b>MEPT</b>	Movimento de Educação para Todos
<b>MINDEH</b>	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
<b>SNE</b>	Sistema Nacional de Educação
<b>TIC</b>	Tecnologia de Informação e Comunicação
<b>UEM</b>	Universidade Eduardo Mondlane

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Amostra proporcional das escolas por província . . . . .	5
Tabela 2 – Participantes das entrevistas sobre a implementação da Lei no 18/2018. . . . .	6
Tabela 3 – relação professor - aluno nas escolas inquiridas . . . . .	10
Tabela 4 – Tipo de escola versus número de turmas da 7ª Classe nas escolas inquiridas. . .	14
Tabela 5 – Relação número de professores versus número de disciplinas e de turmas da 7ª Classe. . . . .	16
Tabela 6 – Preocupações levantadas pelos gestores escolares nas escolas inquiridas . . . . .	22

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de alunos por escola abrangida pelo estudo . . . . .	9
Gráfico 2 – Número de professores por escola abrangida pelo estudo. . . . .	9
Gráfico 3 – Infra-estrutura nas escolas estudadas. . . . .	12
Gráfico 5 – Número de alunos da 7ª Classe por escola abrangida pelo estudo . . . . .	15
Gráfico 6 – Capacitação dos professores para leccionar a 7ª Classe . . . . .	18

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de escolas por província de estudo . . . . .	8
--	---

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento apresenta os resultados do estudo da implementação da Lei no 18/2018, de 28 de Dezembro, Lei do SNE, no processo do ensino-aprendizagem. De modo específico, pretendia-se, com o estudo: a) analisar o decurso do processo de Requalificação das escolas para responder às exigências da expansão da escolaridade obrigatória e gratuita até a 9ª Classe e o respectivo impacto orçamental; b) esclarecer sobre o nível de acesso ao livro gratuito no ensino básico e o processo de desenvolvimento do currículo; c) Analisar o processo de realocação dos professores tendo em conta a polidocência e a reorientação dos professores para leccionarem o 1º ciclo do ensino secundário; d) examinar a abrangência da implementação do subsistema do pré-escolar, à luz da actual Lei do SNE e; e) apresentar sugestões para melhorar o processo de implementação da Lei em apreço.

Para o alcance desses objectivos, foi adoptada uma abordagem Quanti-Qualitativa quanto. Quanto aos objetivos, trata-se de um estudo descritivo. Sob ponto de vista dos procedimentos técnicos e estratégia de recolha de informações, foi feita uma análise documental e um levantamento, com a combinação de duas principais componentes, nomeadamente: a aplicação do inquérito às escolas, e entrevistas aos dirigentes e gestores escolares, professores e outros intervenientes no campo da educação.

Considerando que cerca de 1.713 introduziram a 7ª no âmbito do SNE aprovado a partir da Lei no 18/2018 e tendo como referência a três regiões e províncias do país – Maputo Cidade e Maputo Província, Zambézia e Cabo Delgado - o universo de escolas do presente estudo corresponde a cerca de 597 escolas, das quais 559 são primárias e introduziram a 7ª Classe e 40 são consideradas escolas básicas, isto é, leccionando da 1ª à 9ª Classe. Em termos de amostra proporcional e intencional a 5% de margem de erro e 90% de confiança, foram inquiridas, ao todo, 144 escolas, de um mínimo de 149 previstas. A aplicação dos inquéritos decorreu entre os dias 27 de junho e 25 de Julho de 2023. Para além de todos os distritos urbanos da cidade de Maputo e das capitais provinciais, o levantamento foi feito em mais 13 distritos rurais nas três províncias. A selecção dos distritos teve que ver com a acessibilidade, segurança e disponibilidade para os inquéritos: a disponibilidade, a distância entre uma escola e outra e questões burocráticas determinaram os locais de pesquisa, bem como o número final das escolas inquiridas.

Para as entrevistas, a selecção dos participantes teve como base os resultados da pré-avaliação a partir dos dados do inquérito em relação ao tipo de escola, número de professores e de disciplinas leccionadas, formação e capacitação dos professores tendo em conta o novo modelo de ensino. Com isso, ao todo, participaram nas entrevistas 29 indivíduos.

A obtenção das devidas autorizações para a realização do estudo, especialmente nos distritos da província de Zambézia, foi um dos maiores constrangimentos que ditou atrasos na realização do estudo. Associado a esse facto, a grande dispersão e a distância entre as escolas em cada uma das províncias estudadas, também foi um desafio. Em alguns casos, a distância entre uma e outra, no mesmo distrito, era superior à 50 km.



## RESULTADOS

a) A maioria das escolas inquiridas são da província da Zambézia, correspondente a 50%, 25% de Cabo Delgado, 18,8% de Maputo Província e 6,3% de Maputo Cidade.

b) Quanto ao tipo de escola, 64,6% são escolas primárias com a 7ª Classe com o regime de polidocência; 34% são as escolas básicas, de acordo com a Lei no 18/2018; e 1,4% são escolas secundárias que incorporaram a 7ª Classe, ou seja, são também secundárias e leccionam a 7ª Classe no novo regime;

c) Das escolas estudadas, cerca de 35,7% tem entre 1.001 e 2.000 alunos, seguido pelas que têm 501 e 1.000 alunos (17,5%) e entre 500 ou menos e entre 2.001 e 3.000 alunos, com igual percentagem de 12,7%;

d) Em relação ao número de professores, a maioria das escolas tem entre 11 e 20 professores (24,8%); seguido pelas que têm 10 ou menos professores (15,9%); e pelas que tem têm entre 21 e 30 professores (13,8%). Pelo menos 49% das escolas tem um rácio professor-aluno igual ou superior à 50;

e) Em quase todas as escolas mencionou-se o facto de a introdução do novo ciclo de forma abrupta e sem uma preparação prévia e atempada. As escolas não estão preparadas no que diz respeito à infra-estruturas, disponibilidade de professores, sobretudo com formação específica para a leccionação no ensino secundário;

f) 45% das escolas consideram ter salas de aulas em número suficiente. Esse índice corresponde a 7% em relação às bibliotecas; 2,5% em relação aos laboratórios; e 2,9% em relação à sala de informática. Porém, mesmo nos casos de aparente autonomia em relação às salas de aulas, a superlotação, através de acréscimo de alunos em cada turma, tem sido assumida como alternativa à falta de salas. Ainda neste âmbito, para além do acréscimo de alunos, um outro mecanismo adoptado pelas escolas é a leccionação em três turnos, com implicações na redução significativa da hora-aula e no cumprimento do conteúdo programático;

g) Quase todos os gestores entendem que as infra-estruturas, tais como, bibliotecas, laboratórios, salas-de-informática não satisfazem as condições de aprendizagem;

h) Se na zona rural a insatisfação está também na deficiente instalação eléctrica, na zona urbana esta tem que ver com os seus custos que, sobretudo com a volatilidade da Ajuda Directa às Escolas (ADE), estes recaem sobre a escola e os respectivos professores;

i) Apenas 4,2% das escolas consideram o número de computadores suficiente; 26,3% consideram-no insuficiente; e 69,9% não tem computador. Porém, quase a totalidade dos computadores aqui referidos estão em uso pelos gestores da escola e por alguns professores, e não computadores disponibilizados para a mediação pedagógica;

j) Em termos gerais, a maioria das escolas estudadas (17,4%) tem uma única turma de 7ª Classe, seguido pelas escolas com duas turmas de 7ª Classe (16,7%); e com três turmas (13,2%). Cerca de 12,5% das escolas tem 10 ou mais turmas de 7ª Classe;

k) Entre as EP com 7ª Classe, a maioria tem uma única turma (18,3%); seguido pelas que têm duas, três e mais de 10 turmas, com igual percentagem (15,1%). Entre as básicas, a maioria tem duas turmas (22,4%), seguido pelas que têm uma única turma (14,3%) e as que têm 10 ou mais turmas (8,2%);

l) A relação entre a quantidade de disciplinas e o número de professores para leccionar é proporcionalmente mais intensa na região rural. Entre as capitais provinciais, o destaque vai para Pemba, com cerca de 40% das escolas, seguida por Maputo Cidade e Quelimane, com 33 e 30% dos casos, respectivamente;

m) A polidocência demanda a existência de um professor com competência específica para leccionar cada uma das disciplinas; facto que não ocorre na maioria das escolas. Para superar esta barreira, as estas recorreram à arranjos pedagógicos a fim de viabilizar as práticas educativas, isto é, servem-se da inclinação ou disposição do professor para assumir determinada disciplina;

n) Cerca de 57,9% das escolas admitiram ter havido capacitação para a introdução da 7ª Classe de acordo com o novo modelo, das quais 78,6% teriam considerado a capacitação satisfatória. No entanto, essa cifra é desmentida quando se invoca o teor da capacitação, cingindo-se apenas às noções e organização deste novo modelo de ensino básico;

o) Cerca de 78,1% dos gestores inqueridos afirmam não ter recebido o livro do aluno. Esse índice é de 40,3% relativamente ao Manual do Professor, tendo, este último, estado acessível no formato electrónico;

p) Em relação aos investimentos para a Requalificação, os dados mostram que, na prática, diferentes circunstâncias acabaram por determinar a eleição das escolas que passaram a leccionar a 7ª Classe. Algumas dessas escolas não reúnem nenhum dos requisitos mínimos necessários para acolher a contento o ensino básico. De um modo geral e no que ao orçamento diz respeito, o Plano Estratégico de Educação 2020 – 2029 apenas pressupõem a alocação de 5% do orçamento de bens de capital para a operacionalização da Lei 18/2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

- A construção de novas salas-de-aulas para evitar a prorrogação do fenómeno de superlotação das poucas salas existentes, sacrificando assim os alunos das classes iniciais a estudarem debaixo das árvores. É urgente a satisfação das condições básicas de aprendizagem no espírito das declarações de Jomtien, Dakar e Incheon.
- O MINEDH deve fazer o acompanhamento preciso em relação à alocação do Apoio Directo às Escolas (ADE), revendo a sua fórmula e assegurando que, de facto, este fundo, ainda que exíguo, chegue às escolas.
- Como as escolas a serem requalificadas já foram identificadas, o MINEDH deve encontrar mecanismos para a sua efectiva Requalificação, de acordo com a lista por si elaborada.

- O financiamento à educação básica é o maior nó de estrangulamento do Sistema Nacional de Educação, o que está a comprometer a presente reforma educacional. Além do FASE, o MINEDH deve buscar um novo mecanismo de financiamento à educação básica em Moçambique, de modo que o país não fique para trás em relação aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e em relação à agenda da União Africana. Assim sendo, há que instituir um Fundo para a Educação Básica, a ser utilizado para o acesso e a permanência, com a devida qualidade, do aluno na escola.
- Para a formação inicial e capacitação dos professores da Educação Básica, o MINEDH deve firmar acordos com as Instituições de Ensino Superior, sobretudo para o primeiro ciclo do ensino secundário.

# 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2018, depois de um longo debate coordenado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), foi, mais uma vez, revisto o Sistema Nacional de Educação (SNE), com a promulgação da Lei no 18/2018, de 28 de Dezembro. Em sua organização, o SNE reintroduz o conceito de subsistemas de educação. Além dessa volta à história - talvez na prossecução dos postulados saídos da Declaração da Conferência Mundial de Educação para Todos sobre a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, reafirmados na Declaração de Dakar (2000) - pela primeira vez na história da educação no Moçambique independente, o conceito de educação básica consta do SNE (art. 6). De acordo com o texto da Lei, a educação básica, compreendendo o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário, visa conferir competências fundamentais à criança, ao jovem e ao adulto para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe conhecimento geral sobre o mundo que os rodeia e meios para progredir no trabalho e ao longo da vida. A Declaração de Dakar, para além de reafirmar os postulados saídos da Conferência de Jointiem, introduziu a questão da qualidade de ensino. É na busca da melhoria da qualidade de ensino que o SNE, saído na Lei de 2018, além de estender a educação básica obrigatória da 7ª para a 9ª Classe, também reconhece a educação pré-escolar como um subsistema do SNE.

A extensão da educação básica para a 9ª Classe implicou, por sua vez, na revisão do conceito de ensino primário. No lugar de compreender da 1ª a 7ª Classe, este passou a ser de 6 Classes. Essa aparente redução, no entanto, acarreta um desafio ao SNE não somente sob o ponto de vista das infra-estruturas, como também da organização pedagógica e das práticas educativas por parte dos docentes. Em relação às infra-estruturas, as escolas secundárias deveriam passar a acolher a 7ª Classe, algo para as quais não estavam preparadas tanto em termos de Infra-estruturas, quanto em termos didáctico-pedagógicos: os professores da escola secundária não foram preparados para leccionar a 7ª Classe. Os currículos do ensino secundário não contêm os conteúdos da 7ª Classe que, até então faziam parte do ensino primário, organizados por ciclos de aprendizagem e congregados na monodocência no amplo conceito de Ciências Naturais e Ciências Sociais. Como as escolas secundárias, nos distritos, situam-se nas sedes das vilas distritais, a passagem da 7ª Classe para o ensino secundário significava obrigar as crianças de apenas 11 anos de idade a percorrerem a pé grandes distâncias para frequentar a 7ª Classe que, por direito, faz parte da obrigatoriedade escolar até a 9ª Classe. A outra opção seria a da incorporação da 8ª e da 9ª Classe nas escolas primárias, que, no entanto, também podem não estar devidamente preparadas, seja em termos de infra-estruturas ou na sua componente pedagógica. Ou seja, a operacionalização efectiva da Lei no 18/2018, de 28 de Dezembro, sob ponto de vista das inovações acima mencionadas, acarreta desafios enormes de gestão do próprio SNE visando a garantia do pleno gozo do Direito à uma Educação de qualidade que satisfaça as necessidades básicas de aprendizagem. Mesmo a introdução do conceito de requalificação de algumas escolas primárias e a pilotagem do Ensino Pré-Escolar em algumas escolas primárias, per si, não significa a solução dos problemas. As medidas são conjunturais para um problema de natureza estrutural. Por isso, como forma de contribuir para os rumos da educação, faz-se necessário avaliar a eficácia das medidas emanadas pelo MINIDEH no contexto da reforma educacional em curso.

“

*Uma das maiores inquietações que paira entre os conselhos de escola, comunidades, professores, está directamente ligada a capacidade das escolas de acolher os alunos que concluem a 6ª Classe tendo em conta as orientações da implementação da Lei no 18/2018 do SNE, incluindo a questão do acesso ao livro gratuito*

“

*Compreender, com profundidade, os passos de preparação por parte do MINEDH para responder as exigências da operacionalização da Lei no 18/2018 do SNE, tendo em conta os processos que estão em curso*

É neste contexto que, à luz do memorando entre o MEPT e a FACED foi encomendado o presente estudo para avaliar o Impacto da Implementação da lei do Sistema Nacional de Educação, Lei no 18/2018, de 28 de Dezembro, cinco anos após a sua aprovação.

A proposta do estudo centra-se no campo das Políticas Públicas de Educação, concretamente no aspecto de sua implementação. Ou seja, trata-se de verificar a distância e a proximidade entre a concepção de uma política e a sua implementação, facto que envolve também aspectos relacionados com a dimensão comunicacional entre os vários actores envolvidos no processo, segundo as recomendações de Stephen Ball. Ou seja, em matéria de políticas públicas de educação, existem três dimensões a serem consideradas: a concepção, a implementação e a avaliação. De acordo com os TdR, o MEPT sublinha que tem feito visitas de monitoria da implementação da Lei no 18/2018, lei do SNE e, nestas monitorias, tem constatado que uma das maiores inquietações que paira entre os conselhos de escola, comunidades, professores, está directamente ligada a capacidade das escolas de acolher os alunos que concluem a 6ª Classe tendo em conta as orientações da implementação da Lei no 18/2018 do SNE, incluindo a questão do acesso ao livro gratuito. Por isso, enquanto um actor e interlocutor relevante no diálogo entre o Governo - neste caso específico, o sector da educação - e a sociedade civil, das inquietações que vieram ao de cima nas visitas de monitoria, o MEPT, seus membros e parceiros pretendem compreender, com profundidade, os passos de preparação por parte do MINEDH para responder as exigências da operacionalização da Lei no 18/2018 do SNE, tendo em conta os processos que estão em curso. Destas afirmações, o que está em causa, em vista a melhor informar o debate sobre os rumos da educação moçambicana e as mudanças necessárias, num momento que atravessa a sua grande reforma, é examinar, com profundidade, o processo de implementação das reformas educacionais decorrentes da Lei no 18/2018 do SNE: que acções específicas, efectivamente, foram levadas a cabo pelo MINEDH para garantir o pleno gozo do Direito à Educação Básica por parte dos moçambicanos: requalificação das escolas, capacitação dos professores e distribuição do livro gratuito? Essas acções garantem uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, tal como afirmado nas Declarações de Jomtien, de Dakar de Icheon?

Trata-se, como se afirmou acima, mais do que avaliar os resultados de uma política, sim de avaliar o processo de sua implementação, considerando que as reformas anunciadas pela Lei no 18/2018 do SNE ainda estão em curso. Por isso, antes da conclusão da introdução da principal reforma – extensão da escolaridade obrigatória até a 9ª Classe e os desdobramentos conexos – é necessário compreender com profundidade o actual estágio da implementação das mudanças, sob ponto de vista dos principais actores envolvidos neste processo e que são o objecto da reforma: os gestores, os professores e membros de Conselhos de Escola: em que medida as mudanças em implementação estão a caminhar no espírito da reforma? Como estas mudanças estão a alcançar os resultados esperados? De um modo concreto, trata-se de responder questões como essas: a) as escolas requalificadas estão a responder aos desafios de introdução da 7ª Classe no Ensino Secundário? b) os professores estão em condições de leccionar a 7ª Classe no ensino secundário? c) para o ensino primário, como está sendo a experiência de leccionar o pré-Escolar? E, por fim, para garantir a qualidade da educação básica, um dos insumos é o livro escolar gratuito: qual tem sido a abrangência, considerando os novos desafios em relação aos conteúdos?

## 2. OBJECTIVOS DO ESTUDO

### 2.1. Objectivo Geral

Compreender o Impacto da implementação da Lei no 18/2018, de 28 de Dezembro, Lei do SNE, no processo do ensino-aprendizagem.

### 2.2. Objectivos Específicos

- Analisar o decurso do processo de requalificação das escolas para responder as exigências da expansão da escolaridade obrigatória e gratuita até a 9ª Classe e o respectivo impacto orçamental;
- Esclarecer sobre o nível de acesso ao livro gratuito no ensino básico e o processo de desenvolvimento do currículo;
- Analisar o processo de realocação dos professores tendo em conta a polidocência e a reorientação dos professores para leccionarem o 1º ciclo do ensino secundário;
- Examinar a abrangência da implementação do subsistema do pré-escolar, à luz da actual Lei do SNE e;
- Apresentar sugestões para melhorar o processo de implementação da Lei no 18/2018, Lei do SNE.

## 3. METODOLOGIA

Para a análise dos impactos da implementação da Lei no 18/2018, Lei do SNE, foi adoptada uma abordagem Quanti-Qualitativa, na medida em que se busca analisar a materialização desta Lei no que concerne à adequabilidade infra-estrutural e pedagógica, através de, por um lado, uma amostra representativa das chamadas escolas Básicas e as Requalificadas; e, por outro, encontrar os significados subjacentes ao cumprimento da Lei em causa. O estudo é Descritivo quanto aos Objectivos, pois trata-se de identificar e narrar os factos decorrentes do cumprimento da Lei nas escolas objecto do estudo, tendo como referência a três regiões do país - Sul, Centro e Norte - especificamente a partir das províncias de Maputo Cidade e Maputo Província, Zambézia e Cabo Delgado. Quanto aos Procedimentos Técnicos, para além da análise documental, foi feito um levantamento, para o qual foi feita a combinação de duas principais componentes, nomeadamente: a aplicação do inquérito às escolas, por um lado, e entrevistas aos dirigentes e gestores escolares, professores e outros intervenientes no campo da educação, por outro.

A análise documental considera não só os elementos que fundamentam o direito e as políticas da educação, mas também os planos estratégicos – em particular o Plano Estratégico da Educação, 2020 – 2029 -, planos pluri- anuais/ anuais de actividades, relatórios, bem como programas e projectos associados à implementação da Lei em apreço.

### 3.1. Universo e Participantes

#### 3.1.1. Universo

Moçambique tem um universo total de 22.649 escolas primárias (13.410 EP1 e 9.239 EP2) e 1.408 escolas secundárias (879 ESG1 e 529 ESG2) (MOÇAMBIQUE.MINEDH, 2021), tendo como referência as três regiões (Norte, Centro e Sul) do país. Destas, e pelos dados fornecidos pelo MINEDH (2023), cerca de 1.713 introduziram a 7ª no âmbito do SNE aprovado a partir da Lei no 18/2018, e, por sua vez, até o momento do levantamento, cerca de 150 eram consideradas escolas básicas, isto é, passaram a, paulatinamente, introduzir os currículos preconizados para a 7ª, 8ª e 9ª Classes ao abrigo desta Lei.

Sendo o levantamento limitado para as províncias de Maputo, Maputo Cidade, Zambézia e Cabo Delgado, este universo corresponde a cerca de 597 escolas requalificadas, das quais 559 são primárias e introduziram a 7ª Classe e 40 são consideradas escolas básicas, isto é, leccionando da 1ª à 9ª Classe.

Assim sendo, uma amostra proporcional e intencional a 5% de margem de erro e 90% de confiança, foram inquiridas, ao todo, 144 escolas, de um mínimo de 149 previstas, conforme a Tabela 1, a seguir, que também apresenta a distribuição proporcional da amostra de escolas por província. O levantamento decorreu entre 27 de junho e 25 de Julho de 2023.

Tabela 1 - Amostra proporcional das escolas por província

PROVINCIA/DISTRITO	EP COM 7ª	ESCOLAS BÁSICAS	TOTAL	PROPORCIONALIDADE (MARGEM DE ERRO A 5% E 90% CONFIANÇA)			
Cabo Delgado	130	25	155	0,259631491	35	4	39
Zambézia	364	3	367	0,614740369	83	2	85
Maputo Província	46	5	51	0,085427136	12	4	16
Maputo Cidade	19	5	24	0,040201005	5	4	9
Total	559	38	597		135	14	149

O levantamento foi feito em Boane, Namaacha, Cidade da Matola, Marracuene, Manhiça e Magude (Maputo Província) e nos distritos urbanos da Cidade de Maputo. Foi também feito nos distritos de Quelimane, Nicoadala, Mocuba, Lugela, Molumbo e Milange (Zambézia) e em Chiúre, Mecufi, Metuge e Pemba (Cabo Delgado). A selecção dos distritos teve que ver com a acessibilidade, segurança e disponibilidade para os inquéritos. Pese embora tenha sido seguida a lista de escolas fornecida pelo MINEDH, no fim, a disponibilidade, a distância entre uma escola e outra e questões burocráticas determinaram os locais de pesquisa, bem como o número final das escolas inquiridas.

### 3.1.2. Participantes

“

*Os pais ou membros dos Conselhos de Escola e outros intervenientes do processo de educação também foram entrevistados*

Uma análise mais aprofundada sobre a implementação da Lei no 18/2018 nas escolas requalificadas foi feita com base na observação e em entrevistas semi-estruturadas aos informantes-chave, entre eles directores centrais, provinciais e distritais de educação, directores das escolas e professores. Os pais ou membros dos Conselhos de Escola e outros intervenientes do processo de educação também foram entrevistados. A selecção dos participantes teve como base os resultados da pré-avaliação a partir dos dados do inquérito em relação ao tipo de escola, número de professores e de disciplinas leccionadas, formação e capacitação dos professores tendo em conta o novo modelo de ensino. Participaram nas entrevistas 29 indivíduos, de acordo com a Tabela 2, que segue:



Tabela 2 – Participantes das entrevistas sobre a implementação da Lei no 18/2018

Província	Localidade	Técnica	Critérios	Participação	Sexo		Número de Participantes
					F	M	
Cidade e Província de Maputo	Cidade da Matola, Moamba, Namaacha e Magude	Entrevista IC	Tipo de Escola, rácio professor/disciplina, formação e capacitação do professor para a polidocência	Director Distrital			9
				Director de Escola	3	2	
				Professor	2		
				Chefe de Secretaria			
				Representante do CE			
				Parceiro/SC	2		
Total Maputo							9
Zambézia	Cidade de Quelimane Distrito de Quelimane e Mocuba	Entrevista IC	Tipo de Escola, rácio professor/disciplina, formação e capacitação do professor para a polidocência	Director Provincial			8
				Director Distrital			
				Director de Escola		5	
				Professor	2		
				Chefe de Secretaria	1		
				Representante do CE			
Total Zambézia							8
Cabo Delgado	Chiúre Matuge Pemba	Entrevista IC	Tipo de Escola, rácio professor/disciplina, formação e capacitação do professor para a polidocência	Director Provincial		1	12
				Director Distrital			
				Director de Escola	3	5	
				Professor	2	2	
				Chefe de Secretaria		1	
				Representante do CE		1	
Total Cabo Delgado							12
TOTAL GERAL							29

## 3.2. Análise e Interpretação de Dados

Os dados do inquérito foram tabulados com o recurso ao google forms, seguida de uma descrição explicativa com base nos dados estatísticos, cuja interpretação foi, por sua vez, baseada nas entrevistas padronizadas, com a finalidade de aprofundar as razões subjacentes ao actual cenário da implementação da Lei e do acesso aos livros escolar. A análise levou em conta as especificidades e contextos inerentes às zonas rurais e urbanas.

A análise de dados foi com base na técnica de Análise do Discurso, permitindo assim, sobrepor os diferentes lugares de fala sobre o mesmo assunto. A seguir são expostos os resultados do estudo nas seguintes dimensões fundamentais da Avaliação sobre os impactos da implementação da Lei no. 18/2018, tendo em consideração as dimensões sobre o tipo de escola, infra-estrutura, rácio professor-aluno, formação e capacitação dos professores, acesso ao material de formação, entre outros.

## 3.3. Constrangimentos

As dificuldades para se obter as devidas autorizações para a realização do estudo, especialmente nos distritos da província de Zambézia, constituiu um constrangimento. Associado à esse facto, a grande dispersão e a distância entre as escolas em cada uma das províncias estudadas, também foi um desafio. Em alguns casos, a distância entre uma e outra, no mesmo distrito, era superior à 50 km.

“

*Em alguns casos, a distância entre uma e outra, no mesmo distrito, era superior à 50 km*

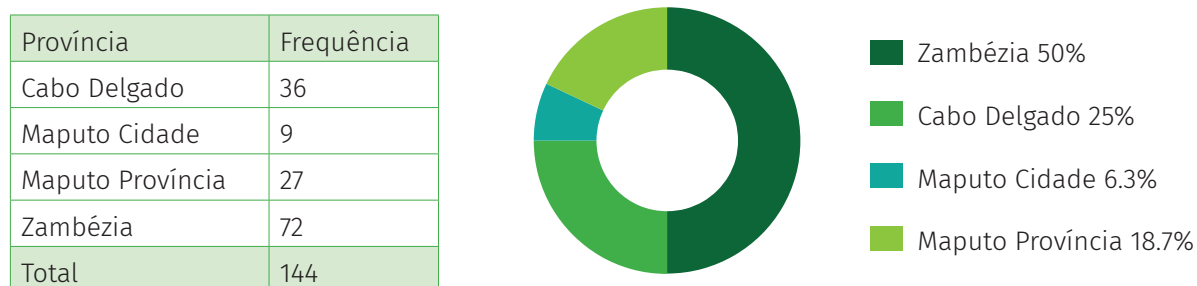
## 4. RESULTADOS

Na sequência, é apresentada a caracterização geral das escolas estudadas, tendo em conta a localização, número de professores e de alunos, rácio professor – aluno, infra-estrutura, mobiliário e equipamentos existentes nessas escolas. A seguir a isso, é feita a análise da implementação da Lei 18/2018 nestas escolas.

### 4.1. Caracterização Geral das Escolas

A maioria das escolas inquiridas são da província da Zambézia, correspondente a 50%, 25% de Cabo Delgado, 18,8% de Maputo Província e 6,3% de Maputo Cidade, como reflecte a Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Número de escolas por província de estudo



“

*Com a existência do ensino básico acaba reduzindo esta distância, mas não estamos tão preparados, porque não temos biblioteca, não temos laboratório, não temos sala de informática... (GESTOR 2. Zambézia).*

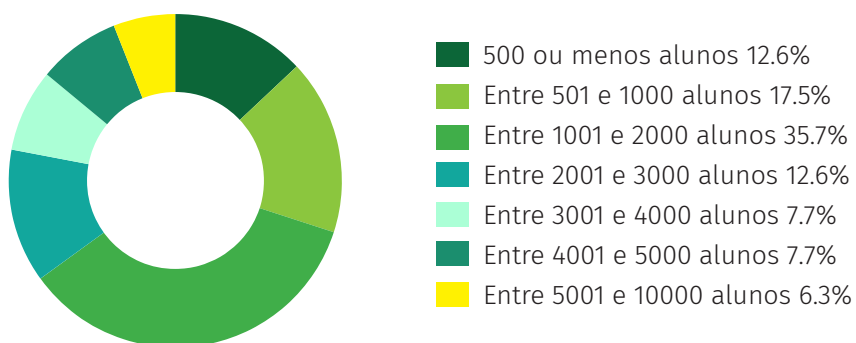
Quanto ao tipo de escola, 64,6% são escolas primárias com a 7ª Classe com o regime de polidocência; 34% são as escolas básicas, de acordo com a Lei no 18/2018; e 1,4% são escolas secundárias que incorporaram a 7ª Classe, ou seja, são também secundárias e leccionam a 7ª Classe no novo regime. Os diferentes contextos específicos determinaram tanto a discriminação feita, bem assim o papel de cada escola no conjunto de outras escolas, especialmente numa determinada Zona de Influência Pedagógica. Nestes termos, nem sempre foi e necessariamente a lista de requisitos elaborada pelo MINEDH que ditou a eleição de determinada escola para abrigar a 7ª Classe, mas, por vezes a sua localização central em relação às demais, como forma de encurtar as distâncias de casa para a escola, como testemunha a um dos depoimentos:

“

*No mês de Setembro houve mudanças em Pemba. Somente ficaram seis escolas como básicas. Nós permanecemos com a 7ª Classe como básica. Continuamos com a 7ª Classe por causa da distância das crianças para saírem desse bairro para outro bairro. A decisão da Direcção Provincial foi de a nossa escola manter-se, por enquanto, com a 7ª Classe... Mesmo que ainda não tenham baptizado o nome da escola como básica (GESTOR 4. Cabo Delgado).*

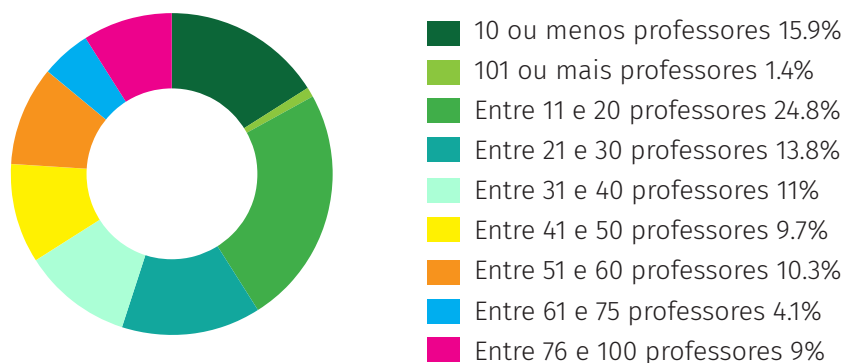
A maioria das escolas estudadas, cerca de 35,7%, tem entre 1.001 e 2.000 alunos, seguido pelas que têm 501 e 1.000 alunos (17,5%) e entre 500 ou menos e entre 2.001 e 3.000 alunos, com igual percentagem de 12,7%, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de alunos por escola abrangida pelo estudo



Por seu turno, a maioria das escolas tem entre 11 e 20 professores (24,8%), estando em segundo plano as que têm 10 ou menos professores, com 15,9%. Seguem-se as escolas que têm entre 21 e 30 professores, com 13,8%, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Número de professores por escola abrangida pelo estudo



Destas escolas, pelo menos 49 % das escolas tem um rácio professor-aluno igual ou superior à 50, como ilustra a Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – relação professor - aluno nas escolas inqueridas

Número de alunos	Número de professores	Frequência	Porcentagem	Rácio estimado *
500 ou menos alunos	10 ou menos professores	14	9,8%	50
	Entre 11 e 20 professores	4	2,8%	45
Entre 1 001 e 2 000 alunos	10 ou menos professores	2	1,4%	100
	Entre 11 e 20 professores	18	12,6%	50
	Entre 21 e 30 professores	14	9,8%	
	Entre 31 e 40 professores	11	7,7%	
	Entre 41 e 50 professores	4	2,8%	
	Entre 61 e 75 professores	1	0,7%	
Entre 2 001 e 3 000 alunos	Entre 21 e 30 professores	2	1,4%	67
	Entre 31 e 40 professores	4	2,8%	50
	Entre 41 e 50 professores	5	3,5%	40
	Entre 51 e 60 professores	5	3,5%	
	Entre 61 e 75 professores	2	1,4%	
Entre 3 001 e 4 000 alunos	Entre 21 e 30 professores	1	0,7%	100
	Entre 41 e 50 professores	3	2,1%	60
	Entre 51 e 60 professores	4	2,8%	50
	Entre 61 e 75 professores	1	0,7%	40
	Entre 76 e 100 professores	2	1,4%	
Entre 4 001 e 5 000 alunos	Entre 41 e 50 professores	2	1,4%	80
	Entre 51 e 60 professores	4	2,8%	67
	Entre 61 e 75 professores	1	0,7%	53
	Entre 76 e 100 professores	4	2,8%	40
Entre 5001 e 10 000 alunos	101 ou mais professores	2	1,4%	
	Entre 41 e 50 professores	1	0,7%	100
	Entre 51 e 60 professores	1	0,7%	83
	Entre 76 e 100 professores	6	4,2%	50
Entre 501 e 1 000 alunos	10 ou menos professores	7	4,9%	50
	Entre 11 e 20 professores	14	9,8%	
	Entre 21 e 30 professores	2	1,4%	
	Entre 31 e 40 professores	2	1,4%	
<b>Total Geral</b>		<b>143</b>	<b>100,0%</b>	

\* Baseado no número mínimo de alunos para o máximo possível de professores.

A este respeito, Chicava e Machama (2020) consideram que

*O atual rácio é de 1 professor para 70 alunos no subsistema do ensino básico e isto revela ainda problemas estruturais sérios, porque os professores continuam poucos para tantos alunos, fato que sobrecarrega os professores e conseqüentemente compromete a qualidade do ensino. Este rácio, mesmo apesar dos esforços do Sector da Educação para reverter a situação, continua ainda muito acima do máximo recomendável ou ideal (p. 96 - SIC).*

Ainda de acordo com estes autores, “a média ideal é de 1 professor para 30 alunos. O que significa que esta cifra atual está duas vezes acima do limite” (CHICAVA e MACHAMA, 2020, p. 96); o que significa também que a cifra de 49% seria muito maior, caso se tomasse como referência o rácio ideal aqui recomendado. No entanto, é estas cifras do rácio professor – aluno que foi operacionalizada uma das principais inovações da Lei 18/2018 de 28 de Dezembro, qual seja, a extensão da escolaridade básica obrigatória até a 9ª Classe, o que implica não somente a reorganização, mas também dos estabelecimentos do ensino. É necessário requalificá-las qualitativamente, visando atender às novas exigências.

## 4.2. Processo de Requalificação das Escolas

A Requalificação das Escolas visava a melhoria ou renovação das escolas primárias completas para atenderem às exigências e os requisitos de leccionação do primeiro ciclo do ensino secundário, principalmente no que diz respeito às infra-estruturas, aliada à disponibilidade de professores com formação específica para a leccionação nesse nível de ensino. No entanto e apesar de há cinco anos haver a previsão de a reforma educacional alcançar o ensino secundário, essa previsibilidade não levou à preparação atempada das escolas para os novos desafios. Dada a magnitude das transformações em vista, era esperado, também pelos gestores escolares, que houvesse uma indução ao processo e à Lei 18/2018, de um modo geral. Contrariamente, a sua introdução se deu de forma abrupta, como testemunham os depoimentos que se seguem:

*Foi uma informação que estava a circular por aí, e nós apanhamos também. Não porque a tivemos há bastante tempo. Esta informação começou a circular em novembro ou dezembro [de 2022]. Apareceu um documento oficial dizendo que a escola passaria para a escola básica, e por ser uma informação não tão clara, tivemos muitas questões sem resposta prévia e só com o tempo conseguimos nos enquadrar. Até alguns encarregados apareceram para procurar saber se os alunos sairão com o nível básico profissional. Mas o ideal seria que fizem-se primeiro a pesquisa das condições se estava tudo em condições para a implementação. Mas, infelizmente não foi assim e tivemos que nos ajustar (GESTOR 1, Zambézia).*

*Não tivemos tempo, apenas iniciamos a dar aulas (GESTOR 2, Zambézia).*

*A informação chegou-nos muito tarde, enquanto nós já tínhamos emitido os certificados da 6ª para a 7ª Classe e aqueles que tinham passado já tinham sido matriculados na Escola Secundária. Então, quando se aperceberam que algo não estava bem em termos de salas, mandaram aquelas crianças voltarem, para fazerem a 7ª Classe na mesma escola, e nós recebemos aquelas crianças que decidiram voltar (GESTOR 5, Cabo Delgado).*

*Soubemos neste ano (GESTOR 2. Cabo Delgado).*

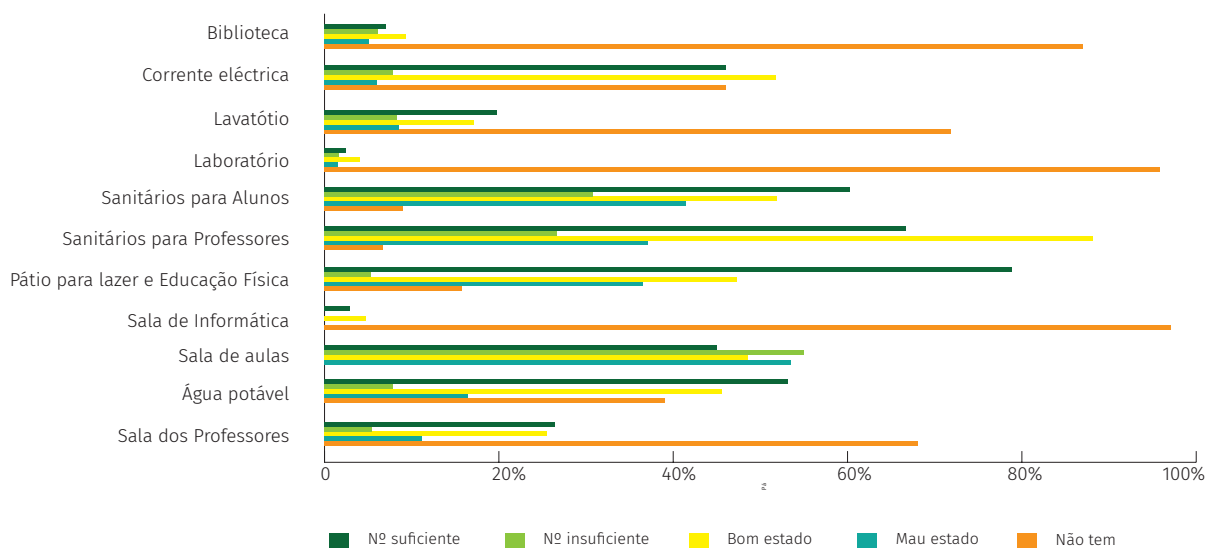
O pouco ou quase nenhum tempo de preparação para a introdução da 7ª Classe nos novos moldes teve reflexos na organização do trabalho pedagógico, como mais a baixo será discutido.

#### 4.2.1. Infra-estruturas nas Escolas Requalificadas

Como nos referimos na introdução desta secção, a implementação da Lei no 18/2018, de 28 de Dezembro exige transformações nas escolas primárias existentes para se adequarem às exigências do ensino secundário. Uma dessas transformações diz respeito à infra-estruturas, que deveriam comportar a lista de requisitos elaborada pelo MINEDH, que contempla, entre outros aspectos, a existência de: (a) salas de aulas compatíveis com o número de alunos; (b) Biblioteca; (c) Laboratório; (d) Sala de informática; (e) e Sala multi-uso. As condições de iluminação e sanitárias estão também entre os requisitos.

Nestes termos, 45% das escolas consideram ter salas de aulas em número suficiente. Esse índice corresponde a 7% em relação à biblioteca; 2,5% em relação ao laboratório; e 2,9% em relação à sala de informática. Relativamente às condições de iluminação, acesso à água, entre outras, 46,1% das escolas reconhecem melhores condições em relação à energia eléctrica; e 53,2% em relação às condições de acesso à água, cujos detalhes estão no Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Infra-estrutura nas escolas estudadas



No entanto e apesar do esforço – e mesmo em relação às salas de aulas aparentemente suficientes - há a superlotação das mesmas, como alternativa à falta de salas, isto é, através do acréscimo de alunos em cada turma. Embora, também, algumas poucas apresentam o rácio entre 35 e 50 alunos, nestes casos, a superlotação das salas-de-aulas tem sido a regra:

*Para as 7a Classes são cinco turmas, e cada uma tem o seguinte rácios: Turma A - 94 alunos; Turma B - 94; Turma C - 91; Turma D - 94; Turma E - 94 (GESTOR 4. Cabo Delgado).*

*Não sei se percebi bem o que quer saber, o rácio professor - aluno é de 85 alunos no máximo. Temos turmas com 81, 82... 85 no máximo (GESTOR 1. Província de Maputo).*

*Aqui está um grande problema: o rácio varia de 70 a 110 alunos por professor nas turmas da 7ª Classe. São turmas muito numerosas (GESTOR 3. Zambézia).*

*A nível da escola temos o plano de fazer as infra-estruturas, mas, se por a caso disserem que a 8ª Classe vai ficar aqui, só podemos fazer um ajuste: aumentar as salas e o rácio aluno professor. Agora os alunos estão na média de 80 (GESTOR 1. Cabo-Delgado. Zona Urbana).*

Para além da superlotação, um outro mecanismo adoptado pelas escolas é a leccionação em três turnos, com implicações na redução significativa da hora-aula e no cumprimento do conteúdo programático, como revelam as falas que se seguem:

*É uma Escola que funciona em 03 turnos (GESTOR 1, Cabo Delgado).*

*Temos 03 Turnos, a sétima Classe está no turno da tarde, das 13h as 17 horas (GESTOR 1, Zambézia).*

*A escola funciona em três turnos. Os alunos da 7ª Classe saíram as 10:00h (GESTOR 3. Zambézia).*

Bibliotecas, laboratórios, salas-de-informática representam os menores índices entre as infra-estruturas e para as quais as escolas não encontram alternativas, como encontram no caso das salas de aula, através da superlotação das mesmas. Quase todos os gestores entendem que as infra-estruturas não satisfazem as condições de aprendizagem:

*As nossas condições não são favoráveis; e ficamos com a matemática, português, inglês, biologia, geografia, agropecuária, educação física, educação visual e história. Biblioteca e laboratório a escola não dispõe (GESTOR 1. Zambézia).*

*De facto, nós não temos estes requisitos, não temos esta capacidade... Não temos condições, porque uma das exigências era esse laboratório. Mas por causa da pressão, decidiu-se introduzir o ensino secundário, apesar de não termos condições. Não temos essas condições como deveria (GESTOR 3. Zambézia).*

*TIC é uma das disciplinas que não estamos a leccionar. Não temos laboratório nem salas de informática (GESTOR 4, Cabo Delgado).*

*Não, nós não temos laboratório, não temos sala multi-uso. Temos um arquivo aqui para o aluno primário, que tem o atlas e outros materiais para consulta. Usamos como biblioteca, mas é um arquivo (GESTOR 1. Maputo).*

É nestas condições de funcionamento que estão neste momento as escolas requalificadas ou as já designadas escolas básicas. Mesmo quanto às condições de funcionamento, em relação à energia, por exemplo, se na zona rural a insatisfação está também na deficiente instalação eléctrica – “pedimos ajuda se possível: electrificar pelo menos duas salas, ia ajudar mesmo a alfabetização à noite” (GESTOR ESCOLAR) - na zona urbana esta tem que ver com os seus custos que, sobretudo com a volatilidade da Ajuda Directa às Escolas (ADE), estes recaem sobre a escola: “tem de encontrar um 50 [50,00 Mt] e recarregar...” (GESTOR ESCOLAR). Esta prática é extensiva a outras necessidades: “Sim, sim. Com meios próprios. Até essa caixinha de giz quem comprou foi um colega. Ele viu as necessidades... Até mesmo esse livro de ponto [...] Sim, com o dinheiro dele. Até agora restaram duas caixinhas. Assim, se o ADE demorar chegar, até a próxima semana serão aquelas lamentações” (GESTOR ESCOLAR).



“

*Sim, sim. Com meios próprios. Até essa caixinha de giz quem comprou foi um colega. Ele viu as necessidades... Até mesmo esse livro de ponto [...] Sim, com o dinheiro dele. Até agora restaram duas caixinhas. Assim, se o ADE demorar chegar, até a próxima semana serão aquelas lamentações*

## 4.2.2. Mobiliário e Equipamentos

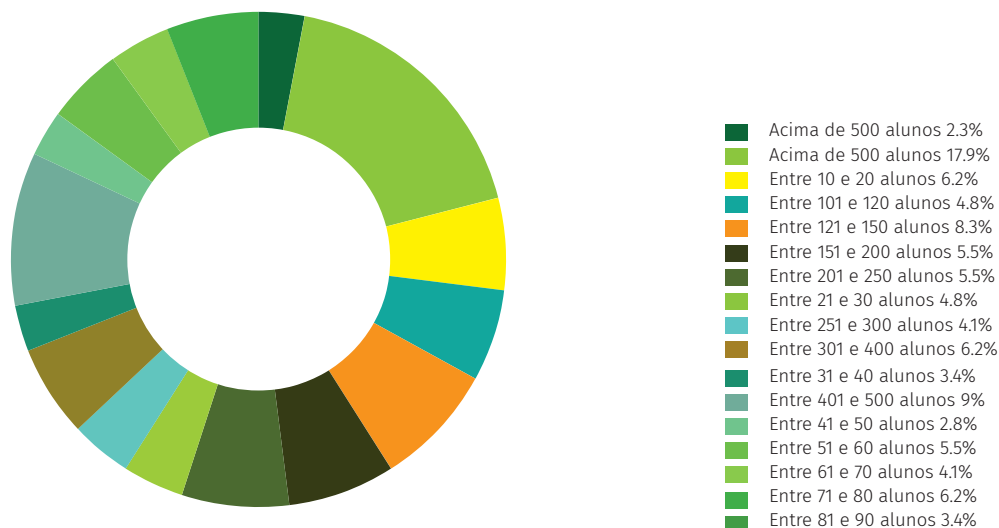
No que tange ao mobiliário, idem. Entre outros itens, cerca de 27,3% das escolas estão satisfeitos com o número de carteiras, contra 61,5%. Cerca de 11,2% alegam não ter carteiras. Em relação aos computadores, apenas 4,2% consideram ter um número suficiente, contra 26,3%. Perto de 69,9% afirma não ter computador, conforme o Gráfico 4. Relativamente aos computadores, refira-se que quase a totalidade deles estão em uso pelos gestores da escola e por alguns professores, e não disponibilizados para a mediação pedagógica; facto que também reforça a tese segundo a qual nas escolas não existem salas de informática, como forma de responderem às exigências de leccionação das TIC – apesar de a sua existência estar também preconizada na Política das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação, de 2019, que pressupõe: (a) a criação de ambientes de aprendizagem seguros e baseados nas necessidades escolares; (b) o desenvolvimento de recursos educacionais de qualidade e acessíveis; (c) a capacitação de Recursos Humanos para o sector da Educação; (d) o desenvolvimento de competências e habilidades digitais inovadoras entre os estudantes; e (e) o desenvolvimento de Sistema de Informação e Gestão para a Educação. Ademais, um estudo conduzido pelo MEPT/UEM (2022), sobre a competência dos professores no uso das TIC já evidenciava este facto em quase todo país: a inexistência de laboratórios de informática, mesmo nas escolas secundárias. Nas poucas escolas que alguma vez os tiveram, os equipamentos estão desactualizados ou obsoletos.

Tabela 4 – Tipo de escola versus número de turmas da 7ª Classe nas escolas inquiridas

EP com 7a Classe			Escolas Básicas			Escolas Secundárias	
Número de Turmas	Frequência	%	Número de Turmas	Frequência	%	Número de Turmas	Frequência
1	17	18,3%	1	7	14,3%	5	1
2	14	15,1%	2	11	22,4%	7	1
3	14	15,1%	3	5	10,2%		
4	9	9,7%	4	3	6,1%		
5	6	6,5%	5	5	10,2%		
6	2	2,2%	6	5	10,2%		
7	6	6,5%	7	3	6,1%		
8	5	5,4%	8	3	6,1%		
9	2	2,2%	9	1	2,0%		
10	4	4,3%	10	2	4,1%		
Acima de 10	14	15,1%	Acima de 10	4	8,2%		
<b>Total</b>	<b>93</b>			<b>49</b>			<b>2</b>

O Gráfico 5, que se segue, mostra que a maioria das escolas estudadas tem acima de 500 alunos (17,9%) da 7ª Classe, seguido pelas que têm entre 401 e 500 e entre as que têm entre 121 e 150 alunos.

Gráfico 5 – Número de alunos da 7ª Classe por escola abrangida pelo estudo



A maior concentração de escolas que tem acima de 500 alunos e as que têm entre 401 e 500 alunos foram encontradas na Província de Maputo, com 51,9% e 14,8%, respectivamente; e na província de Cabo Delgado, com 19,4% e 11,1%, respectivamente. Este número de alunos, em boa parte das escolas é oferecido na condição de superlotação de Sala-de-aulas, como foi sublinhado mais acima, com rácios acima de 80 alunos por professor.

Proporcionalmente, a maioria das escolas com apenas uma turma de 7ª Classe está em Cabo Delgado, com 27,3%, com Cidade de Maputo em segundo plano, com cerca de 22%. Em contrapartida, as escolas com 10 turmas ou mais estão concentradas em Maputo Província, com cerca de 44%. De um modo geral, cerca de 35% das escolas tem 51 ou mais alunos da 7ª Classe por turma, sendo essa percentagem maior entre as escolas que têm apenas uma única turma (50%) e as que têm três turmas, com 53%.

A Tabela 5 mostra que 68,3% das escolas leccionam, na 7ª Classe, muito mais disciplinas – de três a 10 disciplinas – mais do que o número de professores necessários para o efeito. Para além desse facto, em grande medida, as escolas leccionam a múltiplas turmas neste nível.

Tabela 5 – Relação número de professores versus número de disciplinas e de turmas da 7ª Classe

No de Professores	N ° de Discip .	N ° de Turmas de 7ª Classe											Total Geral	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Acima de 10		
1	3	2,07%												2,07%
	5	0,69%												0,69%
	6	0,69%												0,69%
	9	0,69%												0,69%
<b>1 Total</b>		<b>4,14%</b>												<b>4,14%</b>
2	6		0,69%											0,69%
	7		2,07%											2,07%
	8	0,69%												0,69%
	9	0,69%												0,69%
	10	0,69%	0,69%											1,38%
<b>2 Total</b>		<b>2,07%</b>	<b>3,45%</b>											<b>5,52%</b>
3	5			0,69%										0,69%
	7	0,69%		2,45%										2,76%
	8	1,38%		0,69%										2,07%
	9	2,07%	2,07%											4,14%
	10	0,69%	2,76%		0,69%									4,14%
<b>3 Total</b>		<b>4,83%</b>	<b>4,83%</b>	<b>2,76%</b>	<b>0,69%</b>									<b>13,7%</b>
4	8	0,69%	0,69%	0,69%										2,07%
	9	0,69%	1,38%											2,07%
	10	1,38%	2,07%		1,38%									4,83%
<b>4 Total</b>		<b>2,76%</b>	<b>4,14%</b>	<b>0,69%</b>	<b>1,38%</b>									<b>8,97%</b>
5	8		0,69%			1,38%								2,07%
	9		2,07%	1,38%										3,45%
	10	0,69%	1,38%	1,38%										2,07%
<b>5 Total</b>		<b>0,69%</b>	<b>2,76%</b>	<b>2,76%</b>		<b>1,38%</b>								<b>7,59%</b>
6	8	1,38%		0,69%										2,07%
	9		0,69%	0,69%	0,69%									2,07%
	10		0,69%	0,69%	0,69%				0,69%					2,07%
<b>6 Total</b>		<b>1,38%</b>	<b>1,38%</b>	<b>1,38%</b>	<b>1,38%</b>				<b>0,69%</b>					<b>6,21%</b>
7	8			1,38%	0,69%	0,69%								2,76%
	9	0,69%	0,69%	0,69%										2,07%
	10	0,69%	0,69%			1,38%	0,69%	0,69%						4,14%
<b>7 Total</b>		<b>1,38%</b>	<b>1,38%</b>	<b>2,07%</b>	<b>0,69%</b>	<b>2,07%</b>	<b>0,69%</b>	<b>0,69%</b>						<b>8,97%</b>
8	7			0,69%	0,69%									1,38%
	8							0,69%	0,69%					2,76%
	9				0,69%		0,69%		0,69%	0,69%				2,07%
	10				0,69%	0,69%		0,69%	0,69%	0,69%				2,76%
<b>8 Total</b>			<b>0,69%</b>	<b>2,07%</b>	<b>2,07%</b>	<b>0,69%</b>	<b>1,38%</b>	<b>2,07%</b>						<b>8,97%</b>
9	9		0,69%	0,69%	0,69%	0,69%								2,76%
	10			0,69%	0,69%	0,69%								1,38%
<b>9 Total</b>			<b>0,69%</b>	<b>1,38%</b>	<b>0,69%</b>	<b>1,38%</b>								<b>4,14%</b>
10	8			0,69%										0,69%
	9							0,69%						0,69%
	10			0,69%	0,69%	0,69%		1,38%						3,45%
<b>10 Total</b>			<b>1,38%</b>	<b>0,69%</b>	<b>0,69%</b>	<b>0,69%</b>		<b>2,07%</b>						<b>4,83%</b>
11	8					0,69%								0,69%
	9			0,69%		0,69%								1,38%
<b>11 Total</b>			<b>0,69%</b>		<b>0,69%</b>	<b>1,38%</b>								<b>2,07%</b>
12	9										0,69%	0,69%		1,38%
	10							0,69%	0,69%	1,38%		0,69%		2,76%
<b>12 Total</b>								<b>0,69%</b>	<b>0,69%</b>	<b>1,38%</b>	<b>0,69%</b>	<b>0,69%</b>		<b>4,14%</b>
13	8											0,69%		0,69%
	9										1,38%			1,38%
<b>13 Total</b>								<b>0,69%</b>		<b>1,38%</b>		<b>1,38%</b>	<b>0,69%</b>	<b>4,14%</b>
14	9							0,69%		0,69%				1,38%
	10											1,38%		1,38%
<b>14 Total</b>								<b>0,69%</b>		<b>0,69%</b>		<b>1,38%</b>		<b>2,76%</b>
15	10											1,38%		1,38%
<b>15 Total</b>												<b>0,69%</b>		<b>0,69%</b>
16	10											1,38%		1,38%
<b>16 Total</b>												<b>1,38%</b>		<b>1,38%</b>
17	9											1,38%		1,38%
	10											1,38%		2,76%
<b>17 Total</b>												<b>2,76%</b>		<b>4,14%</b>
18	8							0,69%						0,69%
	9													0,69%
	10											0,69%		0,69%
<b>18 Total</b>								<b>0,69%</b>				<b>0,69%</b>	<b>1,38%</b>	<b>2,76%</b>
19	10											0,69%		0,69%
<b>19 Total</b>												<b>0,69%</b>	<b>0,69%</b>	<b>0,69%</b>
Acima de 20	7										0,69%			0,69%
	9											0,69%		0,69%
	10											2,76%		2,76%
<b>Acima de 20 Total</b>											<b>0,69%</b>	<b>0,69%</b>	<b>2,76%</b>	<b>4,14%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>17,2%</b>	<b>17,2%</b>	<b>13,1%</b>	<b>8,28%</b>	<b>8,28%</b>	<b>4,83%</b>	<b>6,90%</b>	<b>5,52%</b>	<b>2,07%</b>	<b>4,14%</b>	<b>12,4%</b>		<b>100,00%</b>

A relação entre a quantidade de disciplinas e o número de professores para leccionar é proporcionalmente mais intensa na região rural, em Cabo Delgado, com destaque para as escolas do distrito de Chiúre e Mecufi, com 58,1 e 50% dos casos, respectivamente; Na Zambézia, com destaque para as escolas de Nicoadala e Molumbo, ambos com 66,6%; e em Maputo Província, com destaque para as escolas de Magude, com 66,7%. Entre as capitais provinciais, o destaque vai para Pemba, com cerca de 40% das escolas, seguida por Maputo Cidade e Quelimane, com 33 e 30% dos casos, respectivamente; e no outro extremo, a Cidade da Matola, com cerca de 18,2% dos casos.

#### 4.3.1. Formação dos Professores: entre as habilidades e inclinação para leccionar

O currículo da 7ª Classe preconiza a leccionação de disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia, Educação Física, Educação Musical, Educação Moral e Cívica, Agropecuária, Biologia, Educação visual, TIC e Inglês, e a polidocência demanda a existência de um professor com competência específica para leccionar cada uma das disciplinas; facto que não ocorre, como também salientam os gestores escolares. Para superar esta barreira, as escolas recorreram à arranjos pedagógicos a fim de viabilizar as práticas educativas. Ou seja, as escolas servem-se da inclinação ou disposição de determinado professor para assumir a disciplina, os chamados professores “encaixados”:

*Não leccionam por habilidades. Apenas a disciplina de inglês o professor é formado na área. As outras disciplinas não são leccionadas de acordo com as habilidades (GESTOR 3. Cabo Delgado).*

*São 11 Professores e temos sérias dificuldades, porque há falta de professores para leccionar as disciplinas de Inglês, Educação Física e Noções de Empreendedorismo. São os mesmos professores que leccionam da 7ª a 9ª Classe, ficando na Escola desde a manhã até a tarde. Alguns desses professores dão aulas por inclinação, porque professores formados taxativamente para dar aulas numa disciplina específica nós não temos (GESTOR 4, Cabo Delgado)*

*Especificamente são quatro professores para a 7ª Classe. Por exemplo, o Professor de Português dá português, Inglês, TIC e Educação Física na 7ª Classe; e o Professor de Geografia e História, lecciona as disciplinas de Geografia, História e Agropecuária; e a Professora de Matemática, lecciona Matemática e Audiovisual (GESTOR 5, Cabo Delgado).*

*Eu tenho poucos professores que estão a leccionar a 7ª Classe com formação específica, apesar de terem formação a nível de Licenciatura. A maior parte não tem especificidade, não são professores que fizeram o ensino de..., tenho poucos, mas não são todos. A coisa boa é que todos têm Licenciatura, mas não tem especialidade, estão lá por inclinação (GESTOR 1. Província de Maputo).*

*Estes professores “encaixados” não têm o nível para leccionar a 7ª Classe actual. Mas, por falta acabam ensinado (GESTOR 6. Zambézia).*

Como se pode depreender pelas falas acima, tanto as escolas situadas nas zonas urbanas quanto as que estão na zona rural enfrentam o mesmo problema em relação às competências dos professores. Se, por um lado, a falta de professores para a implementação da reforma da educação básica, per si, já é um desafio, a falta de competências específicas por parte

de uma parte significativa destes professores de modo a garantir a polidocência, por outro, constitui um constrangimento que vai na contramão de um dos indicadores de qualidade em educação (DOURADO, 2000).

Uma alternativa, seria de as escolas receberem novos professores. Nestes termos, 49,7% das escolas confirmam que não receberam nenhum novo professor, o que corresponde a 55,6% de Cabo Delgado e de Maputo Cidade; 25,9% de Maputo Província; e 54,8% de Zambézia. Enquanto isso, sem a especialização, sem a inclinação para tal e sem novos professores, as disciplinas como as TIC e Agropecuária são as mais sacrificadas. Nestes casos, a primeira opção foi a não introdução das mesmas:

*TIC não temos professor, visto que a nossa realidade está distante e não tínhamos capacidades nem para pedir, pois as condições não davam. Por isso, ficamos sem TIC. Biblioteca e Laboratório, a escola também não dispõe (GESTOR 1. Zambézia).*

*Tem professores, mas as condições de implementação, como o caso de um professor, um laboratório de informática não temos (GESTOR 3, Cabo Delgado).*

Mesmo quando leccionada, a disciplina de TIC resume-se ao receituário dos nomes das componentes de um computador, por exemplo, sem que os alunos tenham acesso ao computador propriamente dito:

*A escola não tem laboratório de informática. Por enquanto, só estamos a dar teoria. Mas, quando ele [o professor] necessita da prática, tenho o data show. Ele aproveita usar a antena da startimes e projecta para mostrar aos alunos. Os alunos nunca mexem no computador. Também o próprio programa da 7ª Classe é de teoria (GESTOR 4. Cabo Delgado).*

### 4.3.2. A Capacitação dos Professores?

Os gestores do MINEDH, cientes dos constrangimentos para a introdução da 7ª Classe no espírito e letra da Lei no 18/2018, de 28 de Dezembro e para mitigar o défice de formação dos professores, entenderam que deveria haver capacitações, para, entre outros objectivos, socializar os professores em relação ao conteúdo e as metodologias de ensino nos novos moldes. Neste sentido, 57,9% das escolas admitiram ter havido capacitação e das quais 78,6% teriam considerado a capacitação satisfatória, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Capacitação dos professores para leccionar a 7ª Classe



No entanto, essa cifra é desmentida quando se invoca o teor da capacitação, cingindo-se apenas às noções e organização do novo modelo de ensino básico, como reflectem as falas que se seguem:

*Aquilo não foi capacitação. Fomos comunicados para um encontro e sermos informados sobre o ensino básico e a organização dos professores. Não foi capacitação (GESTOR 1. Zambézia).*

*Estamos a trabalhar com professores que não tiveram capacitação, e a forma de funcionamento pode ser diferente em relação à outras escolas. A capacitação seria melhor antes da introdução (GESTOR 2. Zambézia).*

*Essa capacitação não foi uma capacitação interna. Foi uma capacitação a nível dos serviços distritais [...] Recebemos um pedido de dois professores que são de Matemática e Português. Ficaram lá dois dias para serem capacitados (GESTOR 1. Maputo).*

*Não sei se aquela foi uma capacitação. Foram seleccionados alguns professores das escolas secundárias. Foram capacitados em Pemba. Neste ano, antes de iniciar as aulas, teriam de capacitar os outros professores que passariam a leccionar a 7ª Classe. Nós fornecemos os nossos nomes [...] Por quê eu digo que não foi uma capacitação? Porque foram algumas horas somente, e com tantas disciplinas, somente para ser algumas horas? Eu não acho que foi uma capacitação (GESTOR 5. Cabo Delgado).*

*Não sei se foi uma capacitação ou uma introdução. Foi uma forma de explicar como devem se posicionar na 7ª Classe, porque foi um dia no FP de Pemba e foi online (GESTOR 4. Cabo Delgado).*

### 4.3.3. Acesso ao Livro e ao Manual

Um outro indicador de qualidade de educação é a existência ou não do Livro do Aluno e o Manual do Professor. Neste quesito, cerca de 78,1% dos gestores inqueridos afirmam não ter recebido o livro do aluno. Esse índice é de 40,3% relativamente ao Manual do Professor - o que corresponde a 38,9% das escolas de Cabo Delgado; 77,8% de Maputo Cidade; 48,1% de Maputo Província; e 33,3% de Zambézia. As demais escolas mencionaram ter recebido por via electrónica:

*Nós usamos manuais via electrónica, porque a direcção não mandou os manuais físicos. Partilharam os electrónicos, que são os programas. Não temos livros para 7ª Classe, então os professores aproveitam os manuais que são programas de ensino que nós imprimimos e distribuimos para os professores. Eles pesquisam, usam mais a Internet. Não tem livro da 7ª Classe, é essa dificuldade que estamos a enfrentar. Introduziu-se a 7ª Classe, mas ainda não temos preparação (Gestor 4. Cabo Delgado).*

*O outro desafio é de o não ter um manual para o aluno. Para nós é electrónico, mas ainda assim, é difícil. Nem todos os exercícios conseguimos passar no quadro (PROFESSORA, Escola Básica. Maputo Cidade).*

*As questões mais preocupantes vêm da 7ª Classe. Primeiro, por causa das salas de aula e as questões de material. Estamos a falar dos manuais para o professor*

*se orientar. No primeiro trimestre, tivemos estes problemas porque tivemos que buscar nos livros antigos e depois tivemos que voltar e pegar alguns documentos normativos que circulavam e tentamos abrir para ter os dados para leccionar (GESTOR 1. Zambézia).*

*Não recebemos nenhum material. O maior problema é a falta de materiais, eles usam seus próprios recursos para a pesquisa. Estamos a trabalhar apenas com o plano curricular, mas, seria melhor se tivessemos os materiais. Temos buscado informações daqui e dali em várias formas para poder leccionar (GESTOR 2. Zambézia).*

Isto posto, com os constrangimentos enfrentados, a avaliação da introdução da 7ª Classe, seja na condição de transformação em uma escola básica - seja apenas para acomodar emergências em vista diminuir as distâncias dos alunos - não reúne consensos:

*Em Moçambique, temos problemas sérios de salas de aulas e vamos implementar o novo currículo das escolas básicas até a 9ª Classe. Onde é que os alunos da 8ª Classe vão sentar se há falta de salas de aulas? Há falta de professores preparados para leccionar, sobretudo da 7ª até a 9ª Classe. De onde virão estes professores? O Ministério agora quer reformar em massa. No nosso distrito, por exemplo, 23 professores vão à reforma. De onde virão os professores para assegurar as classes básicas? Aqui na base há dificuldades sérias e lá em cima, acredito, também há. Então, o Ministério precisa pensar nesta situação (GESTOR 3. Cabo Delgado).*

*Estamos a caminhar. Por acaso tenho verificado o esforço dos professores, embora os alunos não tenham livros. Só recebem teoria da parte dos professores (PROFESSOR. Maputo Província).*

*Por exemplo, eu quando quero fazer uma aula de demonstração, eu só obrigada a fazer um desenho ou procurar um mapa ou um globo terrestre para fazer a demonstração. O aluno não tem acesso ao manual que eu uso. Quando existe um conteúdo, sacrificamos para pesquisar e imprimimos ou então vamos atrás dos manuais, só para fazermos a demonstração (PROFESSOR. Cabo Delgado).*

*Como havia me referido, é bem-vindo o ensino básico. Acaba reduzindo a distância dos alunos, visto que o distrito tem poucas escolas secundárias, e os alunos eram obrigados a se deslocarem longas distâncias depois de concluir a 7ª Classe. Com a existência do ensino básico, acaba reduzindo esta distância, mas não estamos tão preparados, porque não temos biblioteca, não temos laboratório, não temos sala de informática... (GESTOR 2. Zambézia).*

*Antigamente, antes de arrancamos com as aulas já tínhamos o material em mão. Estou a falar explicitamente do livro. Chegava o dia de abertura das aulas já estávamos preparados para distribuir o material para as crianças. Mas, o sistema actual é meio complexo. Já passamos duma experiência que iniciou o ano sem material e quase lá para Outubro é quando recebemos o material. O material que existe é só para o uso do professor e o aluno que não tem condições, não tem como fazer o acompanhamento daquilo que esta a ser dado (GESTOR 2. Maputo Cidade).*

É nessa falta de consensos que a reforma da educação básica está a ocorrer no país, onde as escolas e os seus gestores, de acordo com as condições de aprendizagem e dos meios de que dispõem, vão garantindo o mínimo do direito à educação à população.



## 4.4. O Investimento na Requalificação da Escolas

A implementação das directrizes previstas na Lei 18/2018 pressupõe a Requalificação das escolas, o que, por sua vez, implica, como acima apresentado, a criação de condições de infra-estrutura, mobiliário, mas também a qualificação dos professores e o acesso aos materiais de ensino. Neste âmbito, apesar de cerca de 1.973 escolas inicialmente seleccionadas tendo em vista a implementação da presente Lei do SNE, os dados mostram que, na prática, diferentes circunstâncias acabaram por determinar a eleição das escolas que passaram a leccionar a 7ª Classe. Por um lado, algumas destas escolas não reúnem nenhum dos requisitos mínimos necessários e, por outro, nenhuma delas reúne, na íntegra, todo o conjunto de requisitos para que funcionem como tal, isto é, capazes de acolher, à contento, o ensino básico.

Facto a sublinhar é que apesar da perspectiva do MINEDH em relação aos desafios da Requalificação e da operacionalização da nova Lei do SNE, o seu impacto orçamental ainda não foi calculado. O que se depreende, é que se trata de uma actividade diluída entre as acções previstas no Plano Estratégico da Educação, 2020 – 2029, ao prescrever:

*Assegurar que todas as escolas do EP implementem programas de ensino básico. Neste contexto, o Governo irá aplicar 5% dos fundos do orçamento de capital para este programa. Este programa visa a construção de salas multiuso, aquisição de equipamentos de informática para ES e aquisição de materiais escolares (MINEDH, 2020, p. 173).*

Portanto, a indicação da previsão orçamental para a Requalificação das escolas é global e no âmbito da implementação do Plano Estratégico da Educação, 2020 - 2029; ponto de vista também assumido pelos gestores ao nível central do MINEDH.

Na mesma senda e na comunicação feita pela Direcção de Infra-estruturas deste Ministério aquando realização da Conferência Nacional de Educação Básica, atinente aos desafios da operacionalização da Lei 18/2018 de 28 de Dezembro, foi sublinhado que o projecto Moz-Learning iria contribuir para o financiamento do processo de

*“Requalificação de 335 escolas primárias, para se tornarem em Escolas que vão leccionar da 1ª a 9ª classe, assegurando, assim, o ciclo completo da educação básica” (MINEDH, 2023). A mesma comunicação também referenciou que “na primeira fase, serão intervencionadas 235 Escolas, que já foram seleccionadas em todo País, sendo 75 na Zona Norte, 89 na Zona Centro e 71 na Zona Sul, os números incluem Escolas primárias que actualmente oferecem algumas classes do ensino secundário” (IBIDEM, 2023).*

Sobre esta comunicação, há dois factos a considerar: (a) não foi apresentado o impacto financeiro geral da requalificação das escolas, e impacto financeiro da intervenção específica do projecto Moz-Learning enquanto uma das fontes de financiamento do Plano Estratégico da Educação 2020-2029; e (b) das escolas inqueridas e visitadas no âmbito do presente estudo não se fez referência que tenham sido intervencionadas no âmbito do processo de requalificação mencionado. Provavelmente, as escolas inqueridas e visitadas não tenham sido abrangidas pelo processo no universo das 235 escolas escolhidas ao nível nacional.

Enfim, as questões relacionadas com a falta de professores, a falta de professores qualificados, a falta de material didáctico (físico, duplamente condicionado pela falta de computador e de conectividade) e de salas de aulas estão entre as principais preocupações dos gestores escolares, conforme sintetiza a Tabela 6, que se segue:



Tabela 6 – Preocupações levantadas pelos gestores escolares nas escolas inquiridas

<b>Preocupações dos gestores de Escola</b>	<b>Freq.</b>
Professores. Material didáctico. Sala de aulas	2
Professores. Material didáctico. Infraestrutura tecnológica (internet, computador, celular). Sala de aulas	1
Água potável. Sala de aulas. Vedação na escola	1
Professores qualificados	3
Professores. Professores qualificados	1
Professores qualificados. Infra-estrutura tecnológica (computador, internet, etc.)	1
Professores qualificados. Sala de aulas. Material didáctico	1
Professores qualificados. Sala de aulas. Infraestrutura tecnológica (computador, internet, etc.). Material didáctico	1
Eletricidade. Infra-estrutura tecnológica (computador, internet, etc.). Material didáctico. Professores qualificados	1
Material didáctico. Infra-estrutura tecnológica (computador, internet, etc.)	1
Professores	1
Professores. Material didáctico. Infra-estrutura tecnológica (computador, internet, etc.)	1
Professores. Professores qualificados. Sala de aulas	1
Professores. Material didáctico. Infraestrutura tecnológica (computador, internet, etc.)	1
Sala de aulas	1
Infra-estrutura tecnológica (internet, computador, celular)	4
Material didáctico	7
Material didáctico. Professores qualificados	4
Material didáctico. Carteiras. Sala de aulas	1
Material didáctico. Eletricidade. Infra-estrutura tecnológica (computador, internet, etc.)	1
Material didáctico. Infra-estrutura tecnológica (computador, internet, etc.)	3
Material didáctico. Infra-estrutura tecnológica (computador, internet, etc.). Sala de aulas. Carteiras	2
Material didáctico. Infra-estrutura tecnológica (computador, internet, etc.). Sala de aulas. Professores qualificados. Professores	1
Material didáctico. Sala de aulas. Vedação na escola	1
Reabilitação da escola. Carteiras	1
Sala de aulas	2
Professores. Sala de aulas. Campo de educação física	1
Sala de aulas. Professores qualificados	1
Sala de aulas. Carteiras	1
Sala de aulas. Carteiras. Infraestrutura tecnológica (computador, internet, etc.)	1
Sala de aulas. Material didáctico. Infra-estrutura tecnológica (computador, internet, etc.)	1
Sala de aulas. Material didáctico. Sanitários. Vedação na escola	1
Sala de aulas. Vedação na escola. Eletricidade	1
Sala de aulas. Vedação na escola. Material didáctico	1
Sala de aulas. Vedação na escola. Eletricidade. Infra-estrutura tecnológica (computador, internet, etc.)	1
Professores. Vedação na escola	1
<b>Total Geral</b>	<b>55</b>

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objectivo geral compreender o Impacto da implementação da Lei no 18/2018, de 28 de Dezembro, Lei do SNE, no processo de ensino-aprendizagem, concretamente, as condições de introdução do primeiro ciclo do ensino secundário geral, decorrente da reforma educacional iniciada em 2018, que iniciou com a 7ª Classe. O processo de ensino e aprendizagem é condicionado, dentre outros factores, pelas condições de aprendizagem existentes, quais sejam: as infra-estruturas, o material didáctico, o currículo, por um lado, e a qualificação dos professores, por outro. Por isso, de modo específico, a compreensão do impacto da implementação da Lei do SNE no processo de ensino-aprendizagem deveria, primeiro, analisar o decurso do processo de requalificação das escolas para responder as exigências da expansão da escolaridade obrigatória e gratuita até a 9ª Classe e o respectivo impacto orçamental. Sobre a requalificação das escolas, o termo é usado apenas nominalmente, pois, tanto nos inquéritos quanto do discurso dos entrevistados, não houve nenhum processo de requalificação das escolas para responder as exigências da expansão da escolaridade obrigatória e gratuita até a 9ª Classe. Tratou-se apenas um processo de designação de algumas escolas como sendo básicas, sem intervenções e nem melhorias ao nível de infra-estruturas para que estivessem adequadas para as práticas educativas de nível secundário. As escolas que actualmente leccionam a 7ª Classe - com perspectivas para, gradualmente, introduzirem a 8ª a e 9ª Classe - foram construídas para serem escolas primárias da 1ª a 7ª Classe e para um número determinado de alunos, pelo que possuem infra-estruturas limitadas para atender o crescente número de alunos e a necessidade de mais espaços físicos para o trabalho pedagógico e, assim, responderem à lista de exigências do MINEDH para a transformação de uma EP para EB. Como se fez referência, à excepção de uma escola comunitária, de todas as escolas estudadas, nenhuma atende, na íntegra, à tais exigências.

Um outro objectivo específico do estudo foi o de esclarecer sobre o nível de acesso ao livro gratuito no ensino básico e o processo de desenvolvimento do currículo. Em quase todas as escolas, o livro e o manual escolar, sobretudo para a 7ª Classe, na prática não existem, facto que pode comprometer o processo de ensino e aprendizagem.

A reforma educacional decorrente da implementação da nova Lei educacional exige, igualmente, a disponibilidade de professores com formação específica, bem como o aprofundamento da metodologia de ensino igualmente específica. Os dados neste sentido indicam que existe um défice de professores em termos numéricos e os que existem não preenchem o perfil no que à qualificação diz respeito. Como alternativas, as escolares recorrem: (a) ao apelo aos professores com alguma “inclinação” para leccionar determinada disciplina (com o grau de Licenciatura, quando houver); (b) intensificação do trabalho docente, na medida em que reduz a porosidade no processo de trabalho (apesar de aparentemente se obedecer o número de horas previstas); (c) o apelo aos professores do ensino primário, mesmo sem formação ao nível de Licenciatura; e excepcionalmente (d) a solicitação de reforço docente. Na falta de condições ideais, a disciplina de TIC está entre as mais sacrificadas. Esses arranjos pedagógicos, embora necessários, não estão em consonância com um dos principais indicadores de qualidade em educação.

Por fim, apesar da reforma educacional prever a introdução do Pré-Escolar em carácter experimental, nas escolas pesquisadas o Pré-Escolar não se faz presente, demandando outras pesquisas para aferição da abrangência da implementação desse nível de ensino.

## 6. RECOMENDAÇÕES

Com base nas constatações do estudo, apesar de haver algumas boas práticas em algumas escolas, como a leccionação em regime de dois turnos, muito excepcionalmente existirem turmas com o rácio aluno-professor recomendado e, excepcionalmente, existirem escolas com professores com formação específica e com o nível de Licenciatura recomendamos:

### Ao MINEDH:

- Construir novas salas-de-aulas para evitar a prorrogação do fenómeno de superlotação das poucas salas existentes, sacrificando assim os alunos das classes iniciais a estudarem debaixo das árvores concorrendo para a satisfação das condições básicas de aprendizagem no espírito das declarações de Jomtien, Dakar, Incheon e demais leis e convenções ractificadas.
- Fazer o acompanhamento preciso em relação à alocação do Apoio Directo às Escolas (ADE), revendo a sua fórmula e assegurando que, de facto, este fundo, ainda que exíguo, chegue às escolas.
- Definir, através de um documento orientador, critérios/mecanismos/modalidades de requalificação das escolas em resposta ao novo figurino da Lei do SNE 18/18.
- Instituir um Fundo para a Educação Básica, a ser utilizado para o acesso e a permanência, com a devida qualidade, do aluno na escola, principalmente aqueles com NEE decorrente de uma deficiência, desastre natural e/ou conflitos sociais. O Fundo para a Educação Básica será advindo da canalização de lucros/ganhos dos mega-projectos e multinacionais, fixado entre 5% a 10% em função da dimensão e contexto.
- Firmar acordos com as Instituições de Ensino Superior para se desenhar um curso de formação inicial de Professores para a Educação Básica, sobretudo para o primeiro ciclo do ensino secundário.
- Desenvolver com as Instituições de Ensino Superior mecanismos/critérios/modalidades/estratégias de Desenvolvimento Curricular (metodologias, materiais, etapas...) dos vários níveis e subsistemas de ensino que respondam às exigências da actual Lei do SNE, focando principalmente na Formação Contínua e em Exercício de Professores do Subsistema de Educação Geral e outros relacionados.

#### Às DPE, SDEJT e ZIPs:

- Promover Oficinas Pedagógicas que concorrem para a implementação efectiva e eficaz da Lei do SNE.
- Envolver as Instituições de Ensino Superior nas Oficinas Pedagógicas, supervisão e monitoria da implementação da Lei do SNE.

#### Às Escolas (Gestores e Professores):

- Realizar Oficinas Pedagógicas que concorrem para a implementação efectiva e eficaz da Lei do SNE.
- Redefinir os espaços de aprendizagem em virtude do novo figurino de escola básica da Lei do SNE.
- Refeccionar os horários em função dos níveis e subsistemas que coabitam no mesmo espaço/ escola.

## 7. REFERÊNCIAS

1. **CHICAVA, Augusto; MACHAMA, Odilia.** Políticas e desafios do ensino básico no Sistema Nacional de Educação moçambicana. Revista Amor Mundi, Santo Ângelo, v. 1, n. 2, p. 89-100, nov. 2020.
2. **DOURADO, Luís Fernando e OLIVEIRA, João Ferreira.** Qualidade da Educação: perspectivas e Desafios. Cadernos Cedes. Campinas, V.29, n78,p 201 - 215, maio - agosto, 2009
3. **MOÇAMBIQUE.** Lei 18/18 de 28 de Dezembro de 2018. Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação em Moçambique. Maputo: BR, 1ª Série, n.254, 28 de Dezembro de 2018.
4. **MOÇAMBIQUE. MINEDH.** Plano Estratégico da Educação 2020 – 2029. Maputo, 2020.
5. \_\_\_\_\_. Política das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação em Moçambique. Maputo, 2019.
6. **MEPT/UEM.** Avaliação das competências dos professores no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação. Maputo, 2022.
7. **TORRES, Rosa Maria.** Melhorar a qualidade da educação básica? as Estratégias do Banco Mundial. In. De TOMMASI, Livia WARDE, Miriam Jorge. HADDAD, Sérgio. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

## ANEXO

### Inquérito ao Gestores Escolares sobre o Impacto da Lei no 18/2018

Você concorda em participar neste questionário (a confidencialidade dos dados será garantida, pois você não precisa indicar seu nome. Os resultados da pesquisa são colectados apenas para fins académicos e para a melhoria do ensino e aprendizagem)?

1. A que província pertence a escola? . . .
2. A que distrito ou município pertence a escola? . . . . .
3. Nível e Subsistema de Educação Escolar: . . .
4. Quantos alunos tem a escola?
  - 4.1 Quantas turmas da 7a classe tem a escola? . .
  - 4.2 Quantos alunos da 7a classe tem a escola?
5. Quantos professores tem a escola? . . .
  - 5.1 Quantos professores leccionam a 7a classe? .
  - 5.2 Quantas disciplinas tem a 7a classe?.
  - 5.3 Quais são as disciplinas leccionadas na 7a classe? .
    - 5.3.1 Os professores receberam alguma capacitação específica para leccionar as disciplinas da 7a classe? . . .
      - 5.3.1.1 Caso tenham sido capacitados, a formação foi abrangente para todos os professores visados? . . .
      - 5.3.1.2 Caso tenham sido capacitados, a formação foi satisfatória? . . .
    - 5.3.2 A escola recebeu novos professores em decorrência da implementação da nova Lei 18/2018 do SNE? . .
    - 5.3.3 A escola recebeu os livros didácticos (Livro do Aluno) correspondentes às disciplinas leccionadas na 7a classe? . . . .
    - 5.3.4 A escola recebeu os livros didácticos (Manuais do Professor) correspondentes às disciplinas leccionadas na 7a classe? . .
6. Quantos trabalhadores do corpo técnico e administrativo tem a escola?
7. Que tipo de infra-estrutura escolar existe na escola? [Número suficiente] . . . . .
7. Que tipo de infra-estrutura escolar existe na escola? [Número insuficiente] . . .
7. Que tipo de infra-estrutura escolar existe na escola? [Bom estado] . . . . .
7. Que tipo de infra-estrutura escolar existe na escola? [Mau estado] . . . . .
7. Que tipo de infra-estrutura escolar existe na escola? [Não tem] . .
8. Que tipo de mobiliário e equipamentos existe na escola? [Número suficiente].
8. Que tipo de mobiliário e equipamentos existe na escola? [Número insuficiente] . . . . .
8. Que tipo de mobiliário e equipamentos existe na escola? [Bom estado]
8. Que tipo de mobiliário e equipamentos existe na escola? [Mau estado].
8. Que tipo de mobiliário e equipamentos existe na escola? [Não tem]. . . .
9. Dados adicionais .
10. Nome da Escola .
11. Contacto







## PARCEIROS

